



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIELA COUTINHO SALES

**LÉSBICAS NO DEBATE DA REDEMOCRATIZAÇÃO: UMA
ANÁLISE DO BOLETIM *CHANACOMCHANA***

Brasília
2019

GABRIELA COUTINHO SALES

**LÉSBICAS NO DEBATE DA REDEMOCRATIZAÇÃO:
UMA ANÁLISE DO BOLETIM *CHANACOMCHANA***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada e bacharela em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina de Novaes Marques.

Brasília – DF, 15 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina de Novaes Marques (HIS – UnB)

Prof.^a Dr.^a Claudia Brochado (HIS – UnB)

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (HIS – UnB)

Suplente: Ma. Raquel Lima de Oliveira e Silva (ICS – UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que fizeram parte da minha jornada na graduação não é uma tarefa fácil. Apesar das estatísticas de violência, abandono e morte de mulheres lésbicas, me sinto grata por ser uma sobrevivente do sistema que oprime e apaga as lésbicas. Me formar na Universidade de Brasília não é uma conquista apenas minha, mas de todos aqueles que acreditaram na minha capacidade.

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais, que deram sempre o melhor de si para me criar. Em especial, minha mãe, Rosana, pela sua determinação, coragem e compreensão, que durante toda minha vida não me deixou faltar nada, e me fez entender que o maior bem que carrego comigo é meu conhecimento. Ao meu pai, Sebastião, eu agradeço às conversas, compreensão e o apoio às minhas decisões, a liberdade que você me deu foi meu maior presente. À minha irmã, Geovana, que apesar de mais nova, me ensina e torna meus dias mais leves, a minha esperança é que a educação seja libertadora para você, assim como foi para mim. Sua felicidade é minha maior alegria.

Agradeço, também, à minha namorada, Yasmim, pelo amor, paciência, dedicação e a sua fé em mim. Você faz dos meus dias mais felizes, pode ter certeza disso! Aos meus amigos de graduação André, Kaly Anii, Vinielle, Gabriel, Enize, Siqueira, João, Rebeca e Germana dedico esse trabalho para vocês com o mais belo sorriso e a certeza de que tudo que passamos valeu a pena, amo vocês! E a minha amiga Paula, agradeço pelas conversas regadas de bom humor, companheirismo, sapatonic e trocas acadêmicas, sua inteligência e carinho me inspiram! Nossas conversas fizeram esse processo ser o mais enriquecedor e bonito possível, vai sapatão!

Aos professores que acreditaram no meu potencial e que me inspiraram a trilhar os meus caminhos, os meus sinceros agradecimentos. Em especial, aos professores do Vestibular Cidadão, à professora Teresa Marques, minha orientadora, obrigada pela sua paciência e por me incentivar a pesquisar esse tema que eu tanto queria, mas tanto tinha medo, te admiro! E Felipe Arede, pela sua determinação, coragem e inteligência, você é luz!

Gostaria de agradecer a Câmara dos Deputados, pela rapidez da pesquisa e envio das fontes. Ao Senado Federal pelo acesso a biblioteca e a diversidade de livros à disposição. E ao setor da visitação do Senado pela oportunidade de trabalhar como mediadora. Com certeza, essa experiência me motivou e me incentivou a continuar essa pesquisa, a política, com seus encantos e desencantos, me cativou e aprendi muito com a minha experiência naquele lugar. Obrigada Isabela, Laissa, Gabriella, Bia e Elisa por tornarem meus dias mais felizes e acolhedores.

E por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a todos que tomarem seu tempo para ler esse trabalho, que ele seja inspirador e que, de alguma forma, contribua para seu enriquecimento.

RESUMO

O presente estudo analisa o boletim *Chanacomchana* que era editado pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). A partir da leitura dessa fonte procuro compreender e analisar como esse grupo de mulheres lésbicas se organizava e lutava em prol dos seus direitos de viver e exercer sua sexualidade. Para tal, traço uma trajetória da formação do movimento lésbico que se inicia com o grupo SOMOS (SP) até a criação do grupo GALF, nos anos 80. O objetivo dessa análise gira em torno do debate da Constituinte e procura estabelecer os contatos e ações que levaram essas mesmas mulheres e, outros grupos homossexuais, a lutar em prol de uma abertura homossexual à Constituinte.

Palavras-chave: lésbicas; feminismo; Constituinte; movimento homossexual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – A ditadura e a resistência homossexual	14
1.1 <i>Sapatão!?! Já pro camburão!</i>	14
1.2 A proposta de uma historiografia lésbica	19
CAPÍTULO II – <i>Chanacomchana</i> também é bacana!	26
2.1 Formação do GALF e o <i>ChanacomChana</i>	26
2.2 <i>ChanacomChana</i> : Ferro's Bar e o programa da Hebe	30
CAPÍTULO III – Constituinte: uma expectativa	37
3.1 Constituinte e eleições	37
3.2 Constituinte e eleição: “ <i>fica para a próxima!</i> ”	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
Fontes	47
Livros e Artigos	47

A todas as sapatonas desse país

Ninguém vai me ofender

Sim, sou tríbade, sáfica, lésbia, lesbiana, entendida, invertida, transviada, sapatão, sapa, sapata, francha, bolacha, fanchona, paraíba masculina, mulher-macho, gay, sim senhor, machuda, macha, dyke, como dizem as americanas, ou como as mexicanas, tortillera, do tupinambá çacoãimbeguirá, do latim virago e, brasileiroamente falando, roçadeira, saboeira, moquetona, madrinha, pacona, do aló, do babado ou, se preferirem algo mais erudito, ginófila, andrógina, homófila, fricatrix e homossexual.

Podem me chamar de tudo isso, eu não me importo. Se me chamam de lésbica ou safista, sinto orgulho e me envaideço: a origem dos termos é nobre. Safo, a grega, foi a maior poeta lírica da antiguidade, cultuada por Platão e Ovídio e sucesso no Mediterrâneo cinco séculos antes de Cristo. Por acaso, fazia sexo com mulheres, vivia na ilha de Lesbos e, para tocar sua lira e manter as unhas curtas, inventou a palheta, a mesma que roqueiros usam para fazer gemer suas guitarras. Bons dedos e boa lábia. Por que me ofender se me chamam lésbica?

Sou entendida sim, mais em certos assuntos que em outros, por isso talvez ginófila seja apropriado, afinal, amo e admiro mulheres em geral, mesmo sendo apaixonada por apenas uma, em particular. Sapatona, adoro usar coturnos, botas e toda sorte de calçados rudes para sair às ruas, domínio tradicional do macho, terreno muito acidentado para saltos altos.

Masculina, sim, também, às vezes, quase sempre e sempre que quero. Freud falou, Jung disse, o ministro da cultura cantou e lendas e folclores antigos apontam para a origem andrógina do ser humano. Além disso, até a nona semana de gestação, fetos de ambos os sexos parecem idênticos. Se biologicamente herdamos um potencial andrógino, o casamento alquímico entre homem e mulher dentro de nós é meta para a saúde psicológica. Assim, ser chamada de machona é elogio para quem trafega livremente entre os gêneros masculino e feminino, social e historicamente cindidos.

Resumindo: ninguém conseguirá me ofender me chamando por nomes que significam apenas o meu amor por outra mulher.

*por Vange Leonel¹
Publicado da Revista da Folha da FSP em 2004*

¹ Vange Leonel (1963 – 2014) foi uma cantora-compositora, jornalista, cronista, romancista e dramaturga lésbica. Sua música intitulada “Noite Preta” ficou famosa por ser ter sido abertura de uma novela da Globo chamada *Vamp*.

INTRODUÇÃO

No ano de 2018, a Constituição Cidadã, como ficou conhecida, a Constituição de 1988, completa 30 anos. A Constituinte de 1987-88 se destacou pela quantidade de propostas de iniciativa popular que recebeu e que foram debatidas durante os seus trabalhos. À época, a imprensa deu muito destaque às propostas elaboradas por grupos de mulheres, em particular aquelas encaminhadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Este conselho foi criado em 1985 e alcançou grande repercussão durante os trabalhos da Constituinte.

O Conselho promoveu uma campanha nacional na televisão e em outdoors com o slogan “*Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher*”. Além disso, reuniu, em Brasília, mulheres para um encontro do qual resultou a “*Carta das mulheres*”, endereçada aos constituintes. As 26 parlamentares mulheres que faziam parte do Conselho participaram formalmente das subcomissões de direitos e garantias individuais, saúde, seguridade e meio ambiente, família, menor e idoso, fazendo relatos pessoais relativos às realidades e desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Deputadas e senadoras formaram na época uma articulação com os demais parlamentares. Essa influência entre legisladores em conjunto com políticas populares em nível nacional, que demonstrou a importância da aprovação de direitos para as mulheres, ficou conhecido como “Lobby do Batom”.²

Apesar de toda a mobilização em prol da Constituinte, pouco ou nada se falou sobre os direitos e/ou a mobilização de mulheres lésbicas sobre o tema. Passados 30 anos da Constituinte, é necessário refletir e dialogar sobre como pessoas que viviam invisibilizadas (lésbicas que eram mães solteiras, lésbicas negras, lésbicas pobres, masculinizadas etc.) perante a sociedade discutiam e lutavam pelo seu espaço na esfera pública, mesmo em um período de cerceamento democrático. Importa também saber como a sociedade política, em uma conjuntura de abertura democrática, tratava o direito de essas pessoas usufruírem de liberdade, de terem acesso ao trabalho, e de terem seus

² Sobre o Lobby do Batom verificar a publicação produzida no ano de 2011, por Janete Rocha Pietá (PT – SP), Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/estudos-e-publicacoes/historico-bancada-feminina-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

arranjos familiares e sua afetividade reconhecidas e respeitadas. Não menos importante é saber como estava assegurado o direito ao bem-estar destas pessoas.

A importância de fazer uma análise histórica da ditadura a partir da homossexualidade revela também que as reflexões sobre o tema ainda podem ser aprofundadas. Apesar dos 30 anos da Constituição de 1988, sabemos que a sociedade ainda carrega preconceitos. Portanto, é importante refletir sobre essas questões que parecem terem sido resolvidas, mas ainda permanecem no nosso presente.

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância de ativistas políticas lésbicas para abertura democrática. Propõe também analisar e discutir as articulações do debate em prol de uma narrativa da redemocratização que inclua outras identidades dentro do feminino. Em consequência, as mulheres lésbicas que tiveram suas histórias apagadas podem servir como símbolo de luta e de resistência contra os padrões heteronormativos e opressores da sociedade. Espera-se que a historiografia sobre a abertura democrática se renove e se enriqueça ao incorporar novas temáticas e pontos de vista.

Para atingir tal objetivo, o trabalho será realizado com base na leitura e análise do boletim *Chanacomchana* (1982 – 1987). O boletim *Chanacomchana* foi uma publicação independente realizada pelas ativistas lésbicas do grupo GALF, em destaque para Miriam Martinho e Rosely Roth, que assinam a maior parte dos textos publicados. O público alvo deste boletim eram as mulheres lésbicas, assim como todos aqueles que quisessem aprender mais sobre o movimento e se inteirar sobre os debates da época. O boletim era um veículo usado pelas militantes para se aproximar das lésbicas, no plural, para que elas se sentissem representadas e acolhidas, os debates variam desde referências de livros acadêmicos, entrevistas, poesias, humor e sobre os mais variados temas.

Graças à historiadora Patrícia Lessa, pude ter acesso às fontes. Meu primeiro contato com Patrícia Lessa, foi através da sua tese de doutorado³. Ao identificar a fonte que eu gostaria de trabalhar em sua tese, entrei em contato com a autora em abril de 2018. Em resposta, ela me informou que poderia me enviar pelos correios, de forma impressa, a edição única do jornal *Chanacomchana*, publicado em janeiro de 1981, pelo

³ LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades* (Brasil, 1979-2006). 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3411>>. Acesso em: 6 de abril de 2018.

grupo Lésbico-Feminista (1979-1981), de São Paulo. Através dela, também, obtive acesso às 12 edições do boletim de mesmo nome, que passou a ser publicado pelo grupo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).⁴ Do GALF faziam parte algumas integrantes do LF, que mudou seu nome em 1981 para contemplar a luta lésbica. Com esse propósito, as ativistas julgaram melhor usar apenas palavras flexionadas no feminino, em claro reconhecimento do poder simbólico das palavras. Os boletins foram publicados entre 1982 e 1987, e eram vendidos no Ferro's bar, um local muito frequentado por lésbicas. As publicações costumavam ser trimestrais e o preço dos boletins variavam de acordo com as edições. De forma a analisar melhor a fonte, a princípio, li todos os 12 números do boletim para traçar sua consistência e linha editorial, que me permitiram perceber colunas fixas e temáticas que se repetiam nas edições. Sobre o tema da Constituinte e eleições, proponho-me então a analisar as edições de número 8 a 12, dos anos de 1985 a 1987. Foram essas edições específicas que discutiram e analisaram as leis vigentes, como elas afetavam os homossexuais e traziam uma clara mensagem de conscientização a respeito do voto e da participação nas emendas constituintes para garantir direito ao exercício da sexualidade. A partir disso, tenho como apoio para análise, vídeos publicados no *YouTube*, o parecer da *Comissão Nacional para a Verdade* e as reuniões da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias publicados nos Diários da Assembleia Constituinte⁵.

Para retratar de forma objetiva e clara o que se pretende analisar, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, dividido em duas partes, tem como finalidade apresentar o panorama político e social da ditadura civil-militar que, recorrentemente, reprimiu as homossexualidades e, conseqüentemente, a representação política das mulheres lésbicas. Esse panorama é apresentado com base nas discussões estabelecidas pela *Comissão Nacional para a Verdade* e em vídeos do *YouTube*, que contém relatos de militantes da época e estudiosos da temática homossexual, dentre

⁴ Quem quiser ter acesso aos boletins do *Chanacomchana*, o Acervo Bajubá disponibilizou em seu site algumas edições do boletim. Disponível em: <<http://acervobajuba.com.br/hemeroteca-digital-leila-miccolis/>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

⁵ Os Diários da Assembleia Constituinte com todas as falas transcritas podem ser acessadas no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/subcomissao7c>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

eles, destacam-se principalmente Fernandes (2014)⁶ e Trevisan (2018)⁷. Ambos contribuíram para o debate de forma extensa com artigos, livros, entrevistas e publicações em mídias digitais. Contribuições estas que renovaram e enriqueceram o campo historiográfico da temática homossexual e da abertura política.

A segunda parte do primeiro capítulo se discutem conceitos teóricos e metodológicos sobre gênero e historiografia. Para enriquecimento do tema e do debate teórico metodológico, será necessário discutir os temas da lesbianidade, do feminismo e das relações de gênero presentes nas reflexões Rich (1983), Swain (2000) e Butler (2003). Essas autoras dialogam entre si, pois concordam que o feminismo deveria, também, abarcar as questões lésbicas, ao entender que o feminismo é feito por mulheres, no plural. Rich e Swain abordam a questão lésbica como algo libertador para todas as mulheres, pois trata-se de uma libertação dos modos compulsórios de vida que retiram a mulher dos moldes engessados de feminilidade e da dominação masculina. Já no campo historiográfico, destaco pesquisadores que discursam sobre feminismo, movimentos sociais e mídia alternativa no Brasil analisando suas contribuições, contexto e importância para a historiografia das temáticas. Dentre eles estão os trabalhos de Araújo (2000), Cardoso (2004), Woitowicz (2014) e Macrae (1990).

No segundo capítulo, é explorada a dinâmica política dos grupos de ativistas do grupo lésbico GALF do movimento homossexual que tinha na figura do grupo SOMOS-SP, sua maior representação. A partir disso, faz-se necessária a reflexão das desavenças e rupturas entre os grupos, apresentando as demandas das militantes lésbicas, que não eram ouvidas no movimento homossexual, muito menos no movimento feminista heterossexual. Daí surge a necessidade de criarem um grupo separado para contar com um espaço de boa convivência e sem preconceitos ligados à misoginia e à sua sexualidade. Cabe ressaltar que naquela época a eclosão de novos grupos estava à mil, sendo assim, esse trabalho infelizmente não vai se deter a explicar a formação e dinâmicas de outros grupos, apesar de, por algumas vezes, citar outros grupos importantes que contribuíram para a luta contra a discriminação homossexual na época.

⁶ Marisa Fernandes é mestra em história social pela USP. Participou do Grupo Lésbico-Feminista (LF) e foi fundadora e é pesquisadora do Boletim *Chana com chana* (1981-1987)

⁷ Escritor e editor do *Lampião da Esquina* (1978-1981).

Na continuação do capítulo o enfoque se volta para o *Chanacomchana* e a atuação do grupo GALF contra o preconceito. São relatados momentos nos quais o grupo teve um grande destaque na imprensa da época e como foram seus meios de organização para continuar com as vendas do boletim diante de um governo repressivo.

No terceiro e último capítulo são analisados os boletins dos anos de 1985 a 1987, que retratam a Constituinte e as eleições. A partir disso, analiso as discussões que corroboram com a visão da participação lésbica nas propostas e discussões da Constituinte em favor da democracia. Essa participação por muitas vezes não se deu no âmbito formal, mas nas ruas, em bares e em praças. O boletim serve como fonte e testemunha de diversos relatos que protagonizaram as militantes daquela época.

CAPÍTULO I – A ditadura e a resistência homossexual

1.1 *Sapatão!? Já pro camburão!*

Este trabalho tem como objetivo reparar assimetrias consolidadas na narrativa histórica que permanentemente apaga as mulheres lésbicas. Este capítulo se debruça sobre a representação das mulheres lésbicas, algo que, recorrentemente a historiografia convencional deixa de fazer. Na primeira parte, apresento um panorama histórico, político e social da época, que conta com relatos de militantes, dos estudiosos da temática homossexual e com o parecer da Comissão Nacional para a Verdade⁸. Na segunda parte serão expostos conceitos teóricos e metodológicos sobre historiografia e gênero. A última parte, será destinada ao balanço historiográfico que pretende compreender e analisar o que já foi produzido sobre o tema e o que ainda pode ser aperfeiçoado.

O golpe de 1964 deu início à ditadura civil-militar que vigorou por 21 anos no Brasil. A instabilidade política, aliada ao discurso anticomunista disseminado pela direita, em conjunto com as grandes mídias, trouxe para o regime ditatorial mais do que um simples discurso, deu a ele estrutura política de controle social, moral e razões para reprimir os desviantes da norma. Tendo um amplo apoio de poderosos setores da sociedade, a ditadura se firmou com o respaldo de militares, políticos, empresários, além da Igreja Católica. Os mecanismos autoritários ficaram ainda mais evidentes com o decreto do AI-5, instaurado no dia 13 de dezembro de 1968.⁹

Neste capítulo, apresento o relatório da Comissão Nacional da Verdade, por acreditar que um documento oficial do governo, ao fazer valer a voz de gays, lésbicas e transexuais que sofreram repressão durante a ditadura, apesar de não apagar os erros cometidos, reconhece e legitima a fala de pessoas que nunca tiveram suas histórias

⁸ O parecer da Comissão Nacional para a Verdade foi publicado no dia 10 de dezembro de 2014, e está disponível no site <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

⁹ O AI-5 autorizou o presidente da República, independente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de “bens de todos quantos tenham enriquecido ilícitamente” e a suspender a garantia de *habeas-corpus*. Ainda no dia 13 de dezembro, o AC-38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/atos-institucionais>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

ouvidas. Além do reconhecimento, é fundamental uma retratação do Estado para com a comunidade LGBT. Esses são alguns dos passos necessários para a construção de um diálogo a respeito do bem-estar social, político e econômico da população LGBT, assim como debates contra a discriminação sexual e de gênero são importantes discussões para fomentar a tolerância dentro da sociedade.

Segundo a CNV, ficou constatado que a ditadura civil-militar não possuía uma política voltada para o extermínio de homossexuais. Contudo, ao ler relatos e o próprio parecer da CNV, fica claro que os agentes do Estado se valiam de preconceitos e dos conservadorismos já existentes na sociedade para instrumentalizar seus discursos moralizantes. A homossexualidade era considerada um perigo social, moral, patológico e abominável. Catalogada como doença pela OMS até os anos 1990, a homossexualidade foi também usada em matérias sensacionalistas na grande imprensa que, ao apoiar a ditadura civil-militar, costumava retratar gays, lésbicas e travestis com estigmas, ojeriza e desumanidade. Além disso, a imprensa comercial recorrentemente atrelava a homossexualidade ou expressões de gênero a atentados contra a sociedade. (BRASIL: CNV, 2014, p.300)

Sobre a repressão ao movimento homossexual (gay e lésbico) na ditadura, foi lançado no dia 28 de julho de 2018 uma série com quatro vídeos intitulados “LGBTs no Regime Militar”, disponibilizado no canal da USP, no *YouTube*. Tais vídeos trazem depoimentos de pesquisadores e de grandes nomes do movimento gay e lésbico-feminista no Brasil. O primeiro vídeo dessa série, *A primeira passeata*, retrata como a ditadura se utilizou dos discursos conservadores sobre a família, moral e bons costumes para prender arbitrariamente gays, lésbicas, travestis e prostitutas.¹⁰ O vídeo também discute a forma como pessoas foram processadas na Justiça com base na legislação da época que continha várias normativas atreladas à moralidade.

Segundo Renan Quinalha¹¹:

“– Se você desafiasse as normas de comportamento tradicional de gênero e de sexualidade você estaria atacando as próprias instituições, o cerne do regime. Porque a ideia é de que o regime e a sociedade, eles precisam ser plasmados pela estrutura da família. É uma ideia de você representar mesmo a

¹⁰ USP, Canal. LGBTs no Regime Militar – A primeira passeata. 2018. (5m46s). Disponível em: < https://youtu.be/vS8qi_oDkGE >. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

¹¹ Renan Quinalha é doutor pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP com a tese “*Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*”.

sociedade de uma maneira autoritária, de um modo homogêneo e qualificando o que é aceitável e o que não é aceitável. O que não é aceitável, você vai jogar às margens, vai criminalizar em última instância.” (USP, 2018, 0m49s – 1m17s).

Conforme aponta o já mencionado relatório da Comissão, os movimentos e os registros das agressões sofridas por gays e lésbicas só começaram a ser sistematizados e divulgados ao final da década de 1970 e início da década de 1980 com o surgimento de movimentos sociais e da imprensa alternativa. O grupo pioneiro na sistematização de dados e na denúncia de agressões contra homossexuais foi o Grupo Gay da Bahia, ativo até hoje.

Com o crescimento do movimento homossexual, o regime militar se apoiava no discurso da doutrina de segurança nacional e atrelava os homossexuais às práticas consideradas subversivas das esquerdas, censurando diversos escritores, artistas, trabalhadores, ativistas e produtores de conteúdo homossexual. Um dos casos mais alarmantes é o caso de Cassandra Rios. Com uma imensa produção literária e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Vários de seus livros foram retirados das bancas e editoras. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro *Eudemônia*. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. (BRASIL: CNV, 2014, p.304) Cassandra hoje é conhecida como uma das autoras mais censuradas pela ditadura militar brasileira.¹²

A repressão se intensificou a partir de junho de 1980, diante da visita iminente do Papa João Paulo II à cidade de São Paulo. As polícias paulistas conjugam esforços na formulação e execução da política “Limpeza”, posteriormente conhecida como “Rondão” (BRASIL: CNV, 2014, p.307). Essas rondas eram comandadas por José Wilson Richetti e tinham por objetivo “limpar” o centro da cidade de São Paulo. Essa limpeza moral atingiu travestis, prostitutas, gays e lésbicas. Todos eles foram presos arbitrariamente, alguns sofreram agressão física e só foram liberados mediante extorsão. Segundo a Comissão (2014):

O método utilizado pelas forças de segurança era realizar batidas policiais em locais frequentados pelas pessoas LGBT, especialmente as travestis, que eram levadas “para averiguação”

¹² Sobre as obras de Cassandra Rios ler a tese de Piovezan, Adriane. Amor Romântico X Deleite dos sentidos. Cassandra Rios e a Identidade Homoerótica Feminina na literatura (1948-1972). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005.

às dependências policiais, tendo por fundamentos legais a contravenção penal de vadiagem e a prisão cautelar prevista no Código de Processo Penal de 1941, então em vigor. Segundo consta de declaração do delegado à imprensa, de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia para delegacias.¹³ (BRASIL: CNV, 2014, p.307).

No dia 13 de junho de 1980, foi organizada uma passeata com cerca de 500 pessoas do movimento negro (MNU), mulheres, ativistas lésbica-feministas e gays contra as prisões e violência de Richetti. Sobre essa passeata Marisa Fernandes afirma:

“–As lésbicas abrem essa passeata todas de braços dados formando uma corrente, uma barreira. E fomos caminhando até o Largo do Arouche. Nós convidamos as prostitutas e as travestis que ficaram do alto do prédio: “desce! Você faz parte dessa luta também!” e elas diziam “não, não, porque vão nos matar, já estão nos prendendo, nós não podemos”. E essa passeata gritava com as mãos assim “somos todas putas!”, “somos todas putas!” e isso foi bastante significativo.” (USP, 2018, 4m12s – 4m45s).

João Silvério Trevisan ressalta o marco histórico ocorrido naquele dia no Largo do Arouche: “*A visibilidade que nós tivemos foi inédita. Tenta imaginar em 1980 esse grupo gritando slogan contra o machismo e contra a homofobia no centro de São Paulo*” (USP, 2018, 4m12s – 4m45s). O padrão ostensivo de policiamento iria perdurar até meados de 1982. Em 1980, no dia 15 de novembro, ocorreu a Operação Sapatão.

As lésbicas também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal *Lampião da Esquina* chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferros, Bixiguiinha e Cachação. A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento: “você é sapatão”. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas. (BRASIL: CNV, 2014, p.309).

¹³ “Sociólogo detido por ‘ronda’ de Richetti fica preso três dias”, Folha de S.Paulo, Primeiro Caderno, p. 14, 10/6/1980

Os relatos anteriores nos fazem refletir sobre a importância que o tempo tem na memória das pessoas, principalmente aquelas pessoas que vivem alguma história impregnada de sentimentos, lembranças e traumas, como vários relatos já expostos sobre a ditadura civil-militar. Sobre estes relatos, é conveniente observar a teoria do historiador Hugo Fazio que constitui o tempo como coluna vertebral da história. Ele caracteriza o tempo histórico como um “entrelaçamento de diferentes dimensões, extratos e dinâmicas que entram em ressonância” (FAZIO, 2010, p. 25), ou seja, o presente, em sua pluralidade, não se afirma como algo estático, muito menos cronológico.

Em suma, a história do tempo presente é uma abordagem que propõe o desenho de uma cartografia topológica das coordenadas fundamentais da contemporaneidade. É dentro desse contexto que o lugar, conteúdo e significado dos eventos e situações sob observação devem ser apreendidos. Uma vez que esses eixos são moldados pelo espaço e pelo tempo, trata-se de uma história que visa compreender os fenômenos sociais contemporâneos a partir de suas variadas espacialidades e temporalidades, suas cadências, alcances, extensões, sincronizações e encadeamentos. Em suma, a história do tempo presente representa a rota cartográfica da história global.¹⁴

O tempo, em uma das divisões apresentadas pelo autor, nos confronta com a noção de presente, segundo Koselleck, de uma intersecção entre as três dimensões do tempo: passado, presente e futuro. Sendo assim, esses sentimentos ultrapassam a fronteira do tempo. Eles ficam impregnados na memória e contaminam o nosso presente, ou seja, nós estamos vivendo um tempo que não foi concluído, porque os eventos ainda geram repercussões emocionais nos depoentes, familiares e todos aqueles que de alguma maneira foram afetados pela ditadura civil militar. A escolha desse período temporal para a realização da pesquisa não é à toa, a discussão em torno da homossexualidade na ditadura e de sua influência na abertura democrática ainda causa traumas, questionamentos e sentimentos refletidos até hoje na construção da historiografia da homossexualidade, que pode e deve ser melhor explorada. A História do tempo presente é um método-abordagem que se faz necessário para que possamos compreender a contemporaneidade em seus mais diversos aspectos.

¹⁴ VENGOA, Hugo Fazio. Historia del tiempo presente y presente histórico. *Historiografías*, 15 (Enero-Junio, 2018): pp. 22-35

1.2 A proposta de uma historiografia lésbica

Joan Scott, sobre a história das mulheres, compreende que não podemos dissociar dela sua política, constituindo o feminismo como um movimento internacional, um ponto de partida. A autora afirma a importância da reescrita da história pelas mulheres ao expor “...reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado.” (SCOTT, 1992, p.77).

Tania Swain (2000), ao retratar os apagamentos das lesbianidades na história aponta que “a política do silêncio é a melhor aliada da política do esquecimento”

Assim, o que se sabe da História da humanidade depende de certa racionalidade impressa aos fatos, é uma história, uma narração cujas conexões são arbitrárias. Isso significa que os olhos veem o que quem e podem ver através de uma “política de esquecimento”: apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época. (SWAIN, 2000, p.15).

Sendo assim, torna-se indispensável discutir a divisão entre homem e mulher, baseada em valores considerados dominantes. Swain (2000), afirma que a divisão binária serve para embasar o discurso “científico” (médico legal, biologizante e patologizador) no século XIX, principalmente no Ocidente cristão, do que é considerado normal e anormal: “No Ocidente cristão, porém, aos poucos a homossexualidade masculina foi sendo banida e considerada crime; e a homossexualidade das mulheres desaparece da ordem do discurso.” (SWAIN, 2000, p.19).

Ao falar de feminismo, porém, os binarismos não desaparecem, muito pelo contrário. Exemplo disso é a obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. A autora via a lesbianidade como uma sexualidade incompleta e infantil, como sugere Swain (2000): “tornar-se lésbica, portanto, para esta autora, seria uma saída às famosas “mal amadas” que se voltam para o mesmo sexo pela impossibilidade de ter relações “normais” ou por frigidez pura e simples” (SWAIN, 2000, p.52). Corroborando assim com os binarismos, senso comum e com a afirmação dos padrões de “normalidade”.

Tais padrões foram adotados pela psicanálise, durante o século XIX, tendo Sigmund Freud como uma das suas maiores figuras.

O feminismo, marcado pela presença de mulheres heterossexuais, lésbicas, brancas, negras, acadêmicas, donas de casa ou trabalhadoras, teria que repensar seus discursos e práticas. Sobre a crise do feminismo, “há o problema político que o mesmo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum” (BUTLER, 2003, p.20).

O feminismo lésbico do Brasil nos anos 1970 e 1980, influenciado por vertentes internacionais, propunha dar visibilidade à mulher lésbica como um ser político lutando também contra o machismo e a heterossexualidade compulsória que violenta e submete as mulheres à dominação do homem sobre seus corpos. Os mesmos instrumentos de repressão restringem a liberdade de expressão e, conseqüentemente, sua sexualidade.¹⁵

Sobre o feminismo lésbico, argumenta Adrienne Rich (2010):

É fundamental que entendamos o feminismo lésbico em seu sentido mais profundo e radical, como sendo o amor por nós mesmas e por outras mulheres, o compromisso com a liberdade de todas nós, que transcende a categoria de 'preferência sexual' e a de direitos civis, para tornar-se em uma política de formular perguntas de mulheres, que lutam por um mundo no qual a integridade de todas — e não de umas poucas eleitas — seja reconhecida e considerada em cada aspecto da cultura. (RICH, 1979).

Ao escrever sobre heterossexualidade compulsória, Rich alerta para o apagamento lésbico que acontece na academia e pretendia “encorajar as feministas heterossexuais no exame da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres e, portanto, a mudá-la” (RICH, 2010, p.19).

A autora usa os termos *existência lésbica* e *continuum lésbico*. Rejeitando assim a palavra *lesbianismo*, que, segundo ela, tem alcance limitado e clínico. Lésbica não seria apenas a mulher que se relaciona sexualmente com outras mulheres, mas uma mulher que renuncia a qualquer tipo de dependência em relação aos homens, seja ela afetiva, emocional e ou financeira. Ou seja, ser lésbica “inclui tanto a ruptura de um

¹⁵ Para Adrienne Rich a heterossexualidade compulsória é uma instituição política, patriarcal, nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas. Ou seja, a heterossexualidade compulsória é concepção de que as relações heterossexuais são o “normal” do ser humano, assim como a mulher, biologicamente, nasceu para ser desejada pelo homem e para reproduzir. E tudo que foge desse controle sobre a mulher é considerado desviante.

tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida” (RICH, 2010, p.36). Partindo desse pressuposto, a autora afirma também que a existência lésbica é libertadora para todas as mulheres.

O feminismo no Brasil no final do século XIX e início do século XX estava pautado principalmente na luta pela igualdade jurídica. Nos anos 1970, surgiu a segunda onda feminista no Brasil conhecida como feminismo pós 1975. A segunda onda foi inspirada nos movimentos que aconteciam ao redor do mundo – *Black Panther*, *Stonewall*, as ideias do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir – e pelo ressurgimento da pauta feminista que apontava a mulher como sujeito político, contra a violência sexual e o patriarcado.¹⁶ O feminismo então, era favorável a reivindicar o direito sobre o próprio corpo.¹⁷

Arelado a esses movimentos, no Brasil ao final dos anos 1970, dada a possibilidade da abertura política, os movimentos sociais e as mídias alternativas surgiam como uma forma de lutar contra a repressão da ditadura civil-militar e ganhar visibilidade¹⁸. Em destaque, surgiram os movimentos sub representados politicamente, inclusive nos grupos feministas onde predominavam as heterossexuais, de mulheres, negros e de homossexuais. Os mesmos não se sentiam representados pela *esquerda ortodoxa* que, por diversas vezes reproduzia o machismo, racismo e homofobia nos seus discursos. Esses grupos eram acusados de serem divisionistas de colocarem de lado a pauta principal, que era a luta de classes. (MACRAE, 1990; FERNANDES, 2014).

Este trabalho não poderia ter sido realizado sem o empenho e a coragem de muitas outras pesquisadoras e pesquisadores que discursam sobre a temática. Falar sobre os feminismos, movimentos sociais e mídia alternativa no Brasil, não é algo inédito, e já foi feito por vários pesquisadores¹⁹. Pretende-se assim, destacar algumas bibliografias e fazer um balanço historiográfico dos estudos, tendo em vista que foram realizados em períodos e contextos distintos. Destacarei os trabalhos realizados por

¹⁶ D’EMILIO, John. *The Gay Liberation Movement*. In. GOODWIN, J. & JASPER, J. (Eds.) *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. (2nd Edition ed.). Wiley-Blackwell.

¹⁷ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 229 – 239.

¹⁸ Sobre a ditadura civil militar, ver GREEN, James N. QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, 330p.

¹⁹ Dentre outras publicações que não se encaixam no recorte temporal, metodológico e ou historiográfico, destaque: PÉRET, Flávia. *Imprensa Gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011; KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionário da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Escrita Editorial, 1991.

Araújo (2000), Cardoso (2004), Woitowicz (2014), MacRae (1990) e Lessa (2008). Escolhi essa ordem de apresentação por acreditar ser melhor tratar do tema do geral para o particular. Ou seja, começando pela apresentação das esquerdas e mídias alternativas, publicações alternativas feministas e, por fim, uma introdução às produções sobre formação de grupos homossexuais e sua imprensa gay e lésbica.

Tomaremos, por exemplo, o livro da historiadora Maria Paula Araújo que traça um panorama das mudanças de pensamento das esquerdas no Brasil e no mundo. Para tal, Araújo utiliza como fonte a imprensa alternativa que surge na época como um meio de reverberar a voz das minorias políticas (mulheres, homossexuais e negros) e lutar contra a repressão da ditadura militar. Maria Paula conceitua *imprensa alternativa* como “jornais de oposição ao regime que circulavam numa estreita faixa de legalidade e expressavam os pontos de vista de intelectuais de esquerda, militantes e organizações políticas impedidas de se manifestarem livremente” (ARAÚJO, 2000, p. 11). Apesar desse entendimento das minorias políticas e da sua importância para os movimentos sociais, Araújo não enfatiza a imprensa de movimento homossexual, deixando-a de lado, às vezes retomando-a apenas com breves comentários.

Ainda segundo a autora, “os movimentos de minorias políticas (com destaque para o movimento feminista) colocaram em cena um outro campo teórico-conceitual, que recusava as categorias de totalidade e universalidade” (ARAÚJO, 2000, p.10). Maria Paula destaca também a reinvenção no campo político através do feminismo heterossexual nos anos 1970, que discutiu as opressões que atingem as mulheres e politizou essas questões em vários âmbitos da sociedade e da vida privada (ARAÚJO, 2000, p.18-19).

Seguindo essa linha de análise da imprensa alternativa, as autoras Cardoso (2004) e Woitowicz (2014), ambas da área da comunicação, abordam a resistência das mulheres durante a ditadura civil militar através da *imprensa feminista*. Cardoso divide a imprensa feminista em duas gerações: a primeira geração (1974 – 1980), abordava questões de classe, base do marxismo, e a segunda geração, (1980) tinha como pauta principal a questão de gênero. A autora não quer reduzir as publicações a essa divisão cronológica, mas, sim, enriquecer sua leitura e interpretação através da identificação de suas diferenças, características e temas específicos. Ainda assim, reconhece ser possível que essas características se misturem em uma mesma publicação, trazendo para sua

pesquisa também as disputas e desavenças entre os grupos feministas e a esquerda partidária. Ainda assim, acredito ser problemática essa divisão em duas gerações por elas terem um marcador divisionista muito contundente. Os anos 80 foram palco dos mais inúmeros acontecimentos históricos, dentre eles, o que pretendo destacar neste trabalho, o movimento homossexual e lésbico que acontece naquela época, apesar de não estar a parte, é sem dúvida um caso a ser analisado não apenas pelo ponto de vista divisionista, mas como se relacionava com esse meio.

Woitowicz por sua vez, retoma em seu artigo um termo usado por MacRae, a *dupla militância*, dialogando também com as ideias de Cardoso (2004). O termo refere-se às discordâncias entre partidos políticos e o movimento feminista, que se organiza em grupos e setores. Para traçar as diferenças entre “lutas gerais e específicas” nas mídias alternativas, a autora se apoia na divisão dos feminismos feita por Céli Pinto²⁰. Céli divide a trajetória dos feminismos entre “*feminismo bem-comportado*”, para definir o feminismo que tinha como pauta principal o sufrágio, e o “*feminismo malcomportado*”, que está apoiado na luta de classes, luta contra o patriarcado e o desenvolvimento das questões de gênero.

A próxima obra que examino é o livro chamado *A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”*, de Edward MacRae. MacRae realizou a pesquisa de seu livro entre 1978 e 1985, antropólogo, ele privilegia os aspectos culturais e as transformações sofridas na sociedade que levam às mudanças sobre as práticas homossexuais e também faz um estudo sobre a formação dos novos movimentos sociais como o movimento homossexual, movimento negro e movimento lésbico.

MacRae analisou o surgimento de diversos grupos em resposta à ditadura civil-militar, um deles é o grupo SOMOS, do qual ele mesmo fazia parte. O grupo SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, surgiu no final da década de 1970 no eixo Rio - São Paulo. O núcleo de São Paulo foi pioneiro e tinha uma pauta política bem clara. No Rio de Janeiro, o movimento surge um ano depois e é menos mobilizado politicamente. Outra fonte de pesquisa do autor é a publicação feita pelo mesmo grupo, *O Lâmpião da*

²⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003

*Esquina*²¹. Em seu trabalho de campo com o grupo, o autor aborda suas questões internas, a vida política e, conseqüentemente, sua dissolução. Inicialmente, o autor conta ter sofrido questionamentos a respeito de sua pesquisa e acabou por ceder a algumas exigências. Dentre elas, a participação ativa do grupo na elaboração do produto final, temendo uma visão única do antropólogo na tese (MACRAE, 1990, p. 42). Essa história é confirmada novamente no livro *Devassos no Paraíso*, escrito por Trevisan, que também era um integrante do grupo estudado.

Da dissolução do grupo SOMOS, que será melhor explicada no segundo capítulo deste estudo, o autor trabalhou com a discriminação das lésbicas e dos negros homossexuais dentro da militância, intitulando o caso dos mesmos como *dupla discriminação* e *dupla militância*. Ou seja, eles relatavam sofrer machismo e racismo dentro do grupo, sendo assim, suas dificuldades eram sempre vividas em dobro. Deixando claro seu foco na observação da homossexualidade masculina, o autor afirma que suas considerações não devem ser tomadas como definitivas, já que não teve uma vivência mais concreta nos grupos negros e lésbicos (MACRAE, 1990, p.242). Porém, isso não desqualifica seu trabalho, pelo contrário, o autor enriquece sua escrita ao fazer ecoar a voz de subgrupos excluídos da militância, ao expor suas narrativas, dificuldades e reivindicações.

Os subgrupos negros e lésbicos mostram que a construção da igualdade não foi homogênea, relatando desavenças e até mesmo “rachas” dentro do movimento, que viriam a consolidar, por exemplo, os movimentos negro e lésbico. Apesar do protagonismo do grupo SOMOS, o movimento homossexual foi obrigado a se confrontar com as diferenças entre seus militantes.

“...suas maiores dificuldades e desafios justamente devido à sua pretensão de construir uma sociedade mais igualitária ao mesmo tempo em que procura alargar os limites à tolerância da diversidade, atuando especialmente no sentido de promover o questionamento das noções recebidas sobre a sexualidade e o papel social atribuído aos homens e às mulheres. Enfatizando o lúdico e o inconformismo, questionou a naturalidade das relações sociais e celebrou a soberania do indivíduo, promovendo o libertarianismo tanto explicitamente através de suas reivindicações quanto implicitamente nos seus

²¹ MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. p. 65-95

ideais de organização não-hierárquica. ” (MACRAE, 1990, p.303)

Apesar da expectativa dos membros dos grupos e dos resultados da abertura democrática, que deixou a desejar nos avanços na esfera pública, o movimento homossexual construiu, segundo o autor, redes de sociabilidades que deram apoio e suporte na aceitação da própria sexualidade. Tais grupos tiveram papel fundamental nos anos 1980, na promoção de campanhas de apoio aos pacientes com AIDS pelo tratamento com respeito e cidadania. Isso foi fundamental para a manutenção do movimento, não só enquanto militância, mas também no quesito social que insistia em representar negativamente os homossexuais, atribuindo à sua sexualidade a causa da doença chamada, pejorativamente, de *peste gay*.

Lessa, como foi apresentada na introdução, foi o ponto inicial de informação sobre o *Chanacomchana*, a partir do seu artigo síntese da sua tese de doutorado, pude entrar em contato não só com a fonte, mas com bibliografia e referências fundamentais para a realização do meu trabalho sob o ponto de vista de uma perspectiva lésbica.²² A autora utiliza para a sua análise o boletim *Chanacomchana* e o boletim *Um Outro Olhar* (1990). Lessa se debruça na narrativa de representatividade dessas mulheres ativistas utilizando a teoria das representações sociais, presente em Jodelet (2001): “Ao contar suas próprias histórias, ao se mobilizar, ao afrontar o olhar social, ao afirmar e viabilizar uma existência negada, as lesbianas criam realidades e transformam o social” (JODELET, 2001, apud LESSA, 2008, p. 329). O trabalho de Patrícia Lessa é fundamental para que possamos compreender como um grupo como o GALF foi capaz de promover tantas mudanças sociais e culturais à sua maneira e em plena época de cerceamentos democráticos.

As reflexões de MacRae e Lessa constituem ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho, elas traçam uma importante história dos movimentos sociais, feministas e de imprensa alternativa em eclosão nas décadas de 1970 e 1980. No próximo capítulo, para melhor entendimento, tratarei com mais afinco a ruptura do grupo SOMOS-SP, que veio por consequência formar o grupo LF (Lésbico Feminista) que, posteriormente, viria a se chamar GALF (Grupo de Ação Lésbica-Feminista).

²² LESSA, Patrícia. *Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: Uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chana com chana*. Gênero. v.8, p.301 - 334, 2008.

CAPÍTULO II – *Chanacomchana* também é bacana!

Aqui, examino a formação do grupo Lésbico-Feminista perpassando a sua atuação como subgrupo dentro do grupo SOMOS-SP, até sua dissociação e formação do grupo GALF. Como explicitado anteriormente na introdução, este trabalho terá como foco a dinâmica entre os grupos SOMOS – SP e GALF – SP, apesar de outros grupos serem citados na monografia, não caberia uma análise detalhada de cada um, pois no Brasil, naquela época, a criação de grupos homossexuais e lésbicos estava em crescimento.

Posteriormente, o enfoque se volta para a fonte que deu luz a essa pesquisa, o *ChanacomChana*. Faz-se necessário entender como o meio de imprensa alternativa lésbica se organizou e pode assim articular um meio de comunicação diante de um ambiente repressivo.

2.1 Formação do GALF e o *ChanacomChana*

O grupo Lésbico-Feminista surgiu como um subgrupo do SOMOS-SP em fevereiro de 1979. A princípio, segundo MacRae, as formações dos subgrupos foram feitas para tentar reverter as lacunas acerca das discussões sobre lesbianidade e negritude. Parte dessas lacunas foram, de certa forma, discutidas pelo *Lampião da Esquina*, que em maio de 1979, em sua 12ª edição convidou integrantes do LF e de outros grupos para escrever um artigo sobre a temática lésbica. A coluna intitulada *Amor entre mulheres: elas dizem onde, quando, como e porquê* permitiu que fosse abordada outra narrativa sobre um assunto que até então era considerado um tabu, doença ou caso de polícia. (FERNANDES, 2015, p. 133)

As integrantes do LF, porém, se sentiam por muitas vezes intimidadas e incomodadas com o machismo presente no grupo por parte de alguns integrantes do SOMOS. Ouviam muito as palavras “rachas”, “rachadas” em referência às lésbicas em termo pejorativo. Os atritos surgiam também quando as ativistas lésbicas ousavam propor discussão sobre temas feministas. Passaram, então, a considerar a criação de um grupo formado exclusivamente por mulheres (TREVISAN, 2016, p.322-323).

Os anos 1980 foram um marco para o grupo LF. Em março de 1980, foi realizado na PUC-SP o II Congresso da Mulher Paulista. Esse congresso foi um evento expressivo e sua coordenação contava com as lésbicas do LF, mas a participação das mesmas e os debates que elas traziam ao evento eram sempre malvistas pelas feministas ortodoxas. O feminismo heterodoxo, como colocado por Fernandes, acusava as lésbicas de dividir o movimento, colocando a pauta da sexualidade como uma luta menor (FERNANDES, 2015, p. 129-130).

Após diversas desavenças e, enfim, por concordarem em participar de uma passeata em apoio aos trabalhadores sindicais do ABC, em São Bernardo do Campo em São Paulo, no dia 1º de maio de 1980, as relações entre lésbicas e gays se desgastam. Parte do movimento homossexual era favorável à ida a passeata e a outra não. As lésbicas decidiram ir à passeata em respeito a resolução tomada no II Congresso da Mulher Paulista e iriam sob as bandeiras da “liberdade e autonomia sindical, direito de greve, garantia de emprego, salário mínimo nacional real e unificado, contra a carestia” (FERNANDES, 2015, p. 140). Já os homossexuais que eram contra, decidiram fazer um piquenique, como confirma Trevisan (2018):

Em contrapartida, o grupo de bichas pejorativamente chamadas de *anarquistas*, *surrealistas* e *reacionárias* preferiu se rebelar com uma autêntica desmunhecação: enchemos nossos cestinhos de quitutes (sim, eu estava lá) e fomos fazer piquenique no Parque do Carmo, onde acabamos encontrando milhares de operários a usufruir de sua folga. Por que não? No Dia do Trabalho, operários e bichas comemorávamos nosso direito à preguiça e à desobediência. No entanto, esse nosso gesto repercutiu como uma bomba por entre as hostes da esquerda alinhada dentro do Somos: tínhamos traído a luta proletária! (TREVISAN, 2018, p.332)

Trevisan defende seu ponto de vista afirmando que, a partir da participação da passeata, se iniciou a subordinação dos grupos homossexuais à Convergência Socialista e, significou a domesticação do movimento homossexual, classificando-o perante aos olhos desta esquerda proletária como “bem-comportado”. (TREVISAN, 2018, p.332)

Após estes episódios, o subgrupo LF deixa o SOMOS, depois de uma reunião geral com o grupo realizada no dia 17 de maio de 1980. Diversos autores corroboram essa versão, nomeando-a “o racha” (FERNANDES; MACRAE; TREVISAN). Nesta ocasião, as lésbicas e outros homossexuais que participaram da passeata foram acusadas de se render à luta maior, ao socialismo.

Após a separação do grupo Lésbico Feminista do grupo SOMOS, o grupo passou a se identificar como lésbicas-feministas. Um marco dessa nova época do grupo, foi a publicação do *Chanacomchana*, divulgado inicialmente no formato de jornal, em 1981, porém o grupo se desfez e, surgiu o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), tendo como fundadoras Miriam Martinho e Rosely Roth que retomaram a produção do *Chanacomchana* agora no formato de boletim, de publicação trimestral contendo 12 edições, sendo a primeira do ano de 1982 e a última em 1987. As edições eram vendidas no Ferro's Bar, um lugar conhecido e frequentado por lésbicas, os preços de cada edição variavam, e era possível comprar edições anteriores, ou até mesmo, assinar o boletim anualmente, bastava escrever para a caixa postal do grupo GALF. Devido ao alto custo da publicação, ocasionalmente, para a confecção do boletim, várias integrantes cobriam a diferença, caso não obtivessem renda suficiente da vendagem. (MACRAE, 1990, p. 263).

O boletim tinha como alvo o público lésbico que por muitas vezes foi invisibilizado na agenda feminista, nos grupos de esquerda e grupos homossexuais, fazendo com que esse espaço se tornasse pioneiro e acolhedor para mulheres que desejavam produzir e consumir conteúdo lésbico-feminista²³. Analisando os 12 números do boletim percebemos várias pautas políticas e sociais da época, como a luta e a resistência à ditadura militar, os desafios de se assumir lésbica e viver sua sexualidade, lutas por melhores salários e empregos, espaços para a criação de conteúdo literário lésbico e também a efervescência dos debates sobre a redemocratização.

Como evidenciado no capítulo anterior, os anos 1970 foram palco da eclosão dos movimentos feministas. Segundo Soihet e col. (2001), neste período, a produção intelectual sobre a história das mulheres ficava a cargo das militantes dos movimentos feministas, o que demonstra a dificuldade de historiadoras produzirem esse conteúdo dentro da academia. O GALF, ao criarem o boletim tomaram para si a função de produzir a história das mulheres lésbicas para lésbicas. As edições têm o caráter de debate e de informação muito presentes. É feito sempre um paralelo entre o que está acontecendo no exterior, no movimento feminista, e as pautas aqui no Brasil. Fica claro também o engajamento acadêmico das militantes, como é o caso de Rosely Roth, que assina boa parte dos textos do boletim, assim como a classe social das militantes do

²³ O termo LGBT não existia na época, sendo assim, seria anacrônico retomá-lo aqui.

grupo, que em sua maioria podem ser denominadas mulheres de classe média, que tinham acesso à livros estrangeiros e literaturas não encontradas muito comumente. São recorrentes também indicações bibliográficas sobre o movimento lésbico e feminista, bem como obras literárias lésbicas.

A primeira edição do *ChanacomChana*, ainda como Jornal, tem como destaque na primeira página uma entrevista com cantora Ângela Ro Ro²⁴. Nessa publicação de apenas quatro páginas, elas afirmam o compromisso em representar um “sopro”, relacionado ao sopro da vida. Sobre o nome do jornal, elas afirmam que o mesmo não pode apenas ser definido como “órgão sexual feminino” (Jornal ChanaComChana, 1981, p. 4). Lessa (2008), descreve esse jogo de palavras com o nome do boletim de forma a ressignificar a palavra CHANA:

Em suas condições de imaginação, as lesbianas do Boletim Chanacomchana constroem um projeto discursivo em que a criatividade brinca com o próprio nome que as encerra em uma sexualidade desvalorizada. A palavra CHANA, denominação da genitália feminina, toma muitos outros sentidos. O sentido político de CHANCE, ou seja, dar uma chance para as lesbianas expressarem suas ideias, sentimentos, emoções ou simplesmente serem lesbianas. O sentido de reapropriação de um insulto contra as lesbianas, expresso na palavra CHANCA; o sentido de erotização do relacionamento homoafetivo a que a palavra CHAMA pode remeter ao lembrar fogo, o elemento que aquece, queima ou incendeia. (LESSA, 2008, p. 307)

Esse poder de ressignificação dentro da cultura homossexual –lésbica e gay- é denominada *subcultura gay* como revela brilhantemente Vange Leonel na epígrafe que abre esse TCC. Assim como a ressignificação da palavra CHANA, o movimento homossexual usava diversos meios para subverter a cultura heterossexual dominante, seja tomando para si os seus símbolos, ou então, criando novas formas de afrontar e transformar a linguagem, os meios de comunicação e ocupar espaços.

Uma subcultura não é a mesma coisa que uma cultura. A dinâmica de suas formações, seus objetivos e propósitos e suas políticas são todas necessariamente diferente. Uma subcultura é uma relação (se não adversária) de oposição a um conjunto já existente de valores culturais oficiais e refere-se, explícita ou implicitamente, a um mundo que não é sua própria criação independente. É uma expressão de resistência a uma cultura dominante e um desafio a uma ordem social.

²⁴ Jornal *ChanaComChana*, 1981, p. 1

(HALPERIN, 2012, p.298 apud BORTOLOZZI & AREDA, 2017, p. 169)

Essas ressignificações dos espaços ocupados pelo GALF renderam diversas repercussões na grande mídia, como será abordado no próximo capítulo, e foram fundamentais na história do movimento lésbico no Brasil. Ao subverterem os lugares de silenciamento e opressão nas quais elas sempre foram colocadas, enfim puderam se fazer protagonistas da sua história.

2.2 ChanacomChana: Ferro's Bar e o programa da Hebe

Apesar da censura e de sofrer inúmeros preconceitos, não podemos deixar de destacar dois grandes eventos dos quais fizeram parte as integrantes do GALF. O primeiro deles foi denominado pelo *Lampião da Esquina* como “nosso pequeno *Stonewall*”, que foi a manifestação do Ferro's bar contra a repressão sofrida pelas militantes no recinto, no ano de 1983. O outro, foi a participação de Rosely Roth, ativista lésbica e integrante do grupo GALF no programa da Hebe, que tinha como pauta a discussão da homossexualidade feminina, o programa foi ao ar no dia 25 de maio de 1985. Apesar do silenciamento da grande mídia sobre a temática lésbica, esses dois eventos, contrariando essas estatísticas, foram amplamente divulgados na *Folha de São Paulo*.

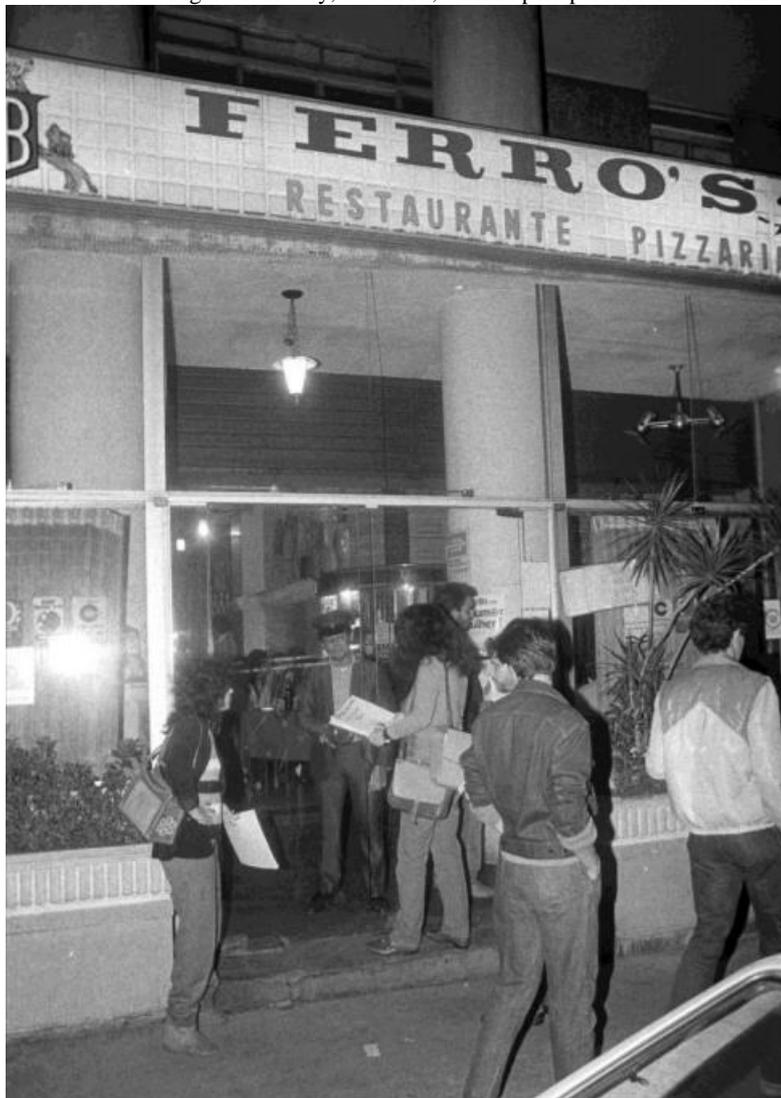
O *Chanacomchana* publicou na sua edição de número 4, de setembro de 1983, uma capa intitulada “*Ferro's bar, dia 19 de agosto: uma vitória contra o preconceito*”²⁵. Nesta edição, as participantes do grupo GALF publicaram um texto contando sobre a discriminação que sofreram no estabelecimento chamado Ferro's Bar, em julho, e o texto é assinado por Vanda, uma das participantes do grupo.

O Ferro's Bar, assim como muitos outros lugares frequentados por gays e lésbicas, não se identificava como um bar de frequência homossexual e nem se adequava para tal. Um dos donos do bar, inclusive, se negou a dar uma entrevista para o *Lampião da Esquina* para a divulgação do local. Mesmo assim, o bar era frequentado por lésbicas há vários anos, e era nesse local, onde o grupo GALF vendia seus

²⁵ Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 4, 1983.

exemplares do *Chanacomchana*, sempre no período noturno, aos sábados. (FERNANDES, 2015, p. 145).

Figura 1: Rosely, ao centro, barrada pelo porteiro do Ferro's Bar



Fonte: Um Outro Olhar

Apesar de lésbicas frequentarem o local há anos, o dono do bar e alguns funcionários já implicavam e faziam ameaças para que não vendessem o *ChanacomChana* ali. A situação se agravou no sábado, dia 23 de julho de 1983, quando o dono e os funcionários quiseram novamente expulsá-las para que não vendessem o boletim. Partiram então, para a agressão física, alegando que as militantes estariam fazendo arruaça. Segundo a autora Marisa Fernandes e o próprio boletim, as militantes do GALF naquela noite tiveram o apoio de outras lésbicas presentes. O dono do bar, em

uma tentativa de tolher o grupo, acionou a polícia, que, surpreendentemente, ouviu os dois lados e decidiu não tomar partido. A explicação para tal conduta foi dada por um policial que afirmou: “os direitos são para todos os brasileiros” e em seguida se retiraram do bar²⁶.

Apesar do desfecho ter sido considerado vitorioso pelo grupo, já que as lésbicas permaneceram no bar naquele dia, elas decidiram não se calar e depois de várias discussões decidiram que era necessário ocupar o Ferro's. Para tal, organizaram uma manifestação que foi realizada no dia 19 de agosto de 1983. Foram distribuídos panfletos durante meses para denunciar a atitude do dono e dos funcionários do bar. O panfleto foi divulgado em um arquivo publicado no site da ativista Miriam Martinho, que até hoje milita a favor da causa lésbica na internet, através do site *Um Outro Olhar*.

27

Pra você que frequenta o Ferro's

Bem, gente, acho que chegou a hora de falarmos abertamente. Chega de subterfúgios. E você que é uma pessoa inteligente há de convir comigo que temos que nos unir, pois só a união faz a força. Não queremos que você empunhe a bandeira de homossexual contra a sua vontade, mas gostaríamos que você olhasse para dentro de você e visse o quanto gente você é, que ser humano maravilhoso se esconde atrás de uma máscara, brincando de faz de conta.

Faz de conta que sou tratada igualmente como todas as pessoas. Faz de conta que o restaurante que eu frequento me respeita como eu mereço. Faz de conta que a sociedade me encara sem preconceito. Faz de conta até quando?

Você sabia que colegas suas, seres humanos como você, são postas para fora de nosso meio como seres leprosos? Veja, por exemplo, o que aconteceu na noite de sábado passado, dia 23 de julho, só porque umas meninas estavam vendendo seu boletim o Chanacomchana, num certo bar que conhecemos, o dono do bar e os seguranças queriam expulsá-las a força só porque o boletim fala das nossas vidas claramente, sem vergonha ou medo e até com muito orgulho. E é só por isso mesmo, já que, no mesmo dia, o exército da salvação estava vendendo seu jornal para nos livrar do “pecado” e ninguém incomodou.

Nessa noite, quiseram expulsar as colegas, mas nós não deixamos e elas ficaram, jantaram e pagaram a conta como sempre costumam fazer, pois, para uns e outros, embora não passemos de cães sarnentos, nosso dinheiro não transmite nossa doença. E eles sabem fazer um bom uso dele, na compra do carro zero km, no estudo do filho no exterior, etc.

²⁶ Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 4, 1983, p. 2.

²⁷ Texto retirado do acervo Rede de Informação Um Outro Olhar, publicado por Miriam Martinho, arquivo intitulado 19 de Agosto: Primeira Manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/p/publicacoes.html>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

Queremos ter os mesmos direitos das outras pessoas, não só seus deveres. E precisamos começar a batalhar por isso a partir dos lugares que frequentamos e sustentamos. Ou nós nos unimos ou cenas como a do sábado passado continuarão a ocorrer e poderá ser com qualquer uma de nós por qualquer motivo. Nossas colegas estão proibidas de entrar no Ferro's porque querem vender um boletim que também é nosso e porque querem conversar conosco. Vamos admitir essa proibição?

Guarda e pense com calma. Em casa, reflita, e faça uma autoanálise, se possível, releia este texto com bastante atenção e, se você não se importa consigo mesma, jogue fora e faça de conta que nada leu. Caso contrário nos procure. Nosso endereço é Rua Aurora, 736, apto 10, e deixe o seu recado. Caso contrário, proteste contra a proibição de nossa entrada com o dono do bar. E, caso contrário, nos apoie quando formos vender o boletim *Chanacomchana*.

Participe na luta contra o preconceito que nos discrimina, pois toda maneira de amor vale a pena.

Grupo de Ação Lésbica Feminista Cx. Postal 62.618, CEP 01000, SP Julho de 1983.

Foram convidados para ajudar na manifestação os militantes do movimento homossexual (*Outra Coisa Ação Homossexualista*), feministas e também contaram com a ajuda de políticos de partidos de oposição, entre eles estavam a deputada Ruth Escobar (PMDB) e a vereadora Ireda Cardoso (PT). Outra figura importante nos movimentos da época foi Eduardo Suplicy (PT), que era deputado federal. Além dele, foram convidados também a bancada do PT na Assembleia Legislativa, e para respaldo legal, a advogada Zulaiê Cobra Ribeiro, que fazia parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Apesar de interagir com partidos de oposição, as militantes do GALF não aceitavam a *dupla militância*, que diferente do explicitado no primeiro capítulo, não significa militar por ser mulher e lésbica, neste caso, a *dupla militância* seria estar dentro de um grupo e, também, militar dentro de um partido político. O GALF se denomina um grupo autônomo e acredita que essa militância tenha enfraquecido o movimento feminista nos anos 1980 no Brasil (*Chanacomchana*, n.4, 1983, p. 2).

O dia 19 de agosto foi marcado por discursos de vitória para as mulheres do GALF. Segundo Fernandes, o Ferro's bar naquele dia estava movimentado e os mais diversos militantes se uniram para lutar contra a discriminação que as lésbicas sofreram no recinto. Ela relata:

Por volta das 21h30 desse dia 19 de agosto, teve início uma grande concentração do lado de fora do Ferro's. Logo em seguida, homens e mulheres bem diferentes daqueles e daquelas que costumavam frequentar o bar começam a adentrar o recinto, como se fossem consumidores comuns. Homens de barba,

mulheres bem vestidas, enfim, uma grande “força estranha”. Já acomodados às suas mesas, em um dado momento essas pessoas começaram a gritar: entra, entra, entra. A vereadora Irede Cardoso, lá dentro, inicia em alto e bom som um discurso sobre a luta pelas liberdades democráticas. Um rapaz dirige-se até a porta e joga o boné do porteiro, que corajosamente lutava sozinho para segurar a porta de vidro e impedir que as pessoas amontoadas do lado de fora entrassem no bar e restaurante...] (FERNANDES, 2014, p. 146).

Finalmente depois de conseguirem entrar no bar, o dono do estabelecimento se vê encurralado pelo número de pessoas e de jornalistas e, depois de conversar com Irede Cardoso e com as militantes do GALF, ele libera a venda do boletim no bar. A repercussão do acontecimento no Ferro's fez com que o GALF ganhasse visibilidade na imprensa e também no meio lésbico, fazendo com que novas mulheres ingressassem no grupo (*Chanacomchana*, n.4, 1983, p. 3)²⁸.

Figura 2: Rosely discursa para frequentadoras do Ferro's Bar durante a manifestação



Fonte: Um Outro Olhar

²⁸ Sobre o 19 de agosto, foi publicado na Folha de S. Paulo, no domingo do dia 21 de agosto de 1983, a manchete “A noite em que as lésbicas invadiram seu próprio bar”, escrito por Carlos Brickmann.

Figura 3: Irede Cardoso (PT) também estava presente na manifestação e conversou com as frequentadoras e donos do Ferro's Bar



Fonte: Um Outro Olhar

A data do dia 19 de agosto carrega com ela um marco histórico, e devido a isso, resolveram denominar este dia como o *Dia Nacional do Orgulho Lésbico*, em uma homenagem a Rosely Roth e toda sua vida dedicada como ativista lésbica. Em 1996, esta data foi redefinida para o dia 29 de agosto, pois também marcou o primeiro dia da realização do I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), ficou marcado então como o *Dia Nacional da Visibilidade Lésbica* (FERNANDES, 2015, p. 146). Apesar da diferença de apenas 10 dias entre as datas, não se pode negar a importância de nenhuma das duas, sendo assim, é muito comum que o mês de agosto seja celebrado como o mês da visibilidade lésbica em respeito a esses dois marcos importantes na história lésbica do Brasil.

Outro acontecimento de grande repercussão foi a participação de Rosely Roth no programa da Hebe, exibido pela TV Bandeirantes, no dia 25 de maio de 1985. O tema do programa era a homossexualidade feminina, e Rosely fora convidada no dia 22 de maio através de um telefonema feito pela produção do programa. Participaram do programa Ronaldo Pamplona da Costa (psicoterapeuta), Marília Gabriela (apresentadora e atriz) e Maria Amélia (mãe e funcionária pública) (*Chanacomchana*, n. 8, 1985, p. 7).

Rosely, em seu texto *Lésbicas x Censura* escrito e publicado no *Chanacomchana* retrata como foi sua experiência no programa. Apesar de ter

conseguido trazer para o grupo GALF visibilidade de um horário nobre em rede nacional, Rosely relata com certa ironia e tristeza a desgastante tarefa de tentar debater com Maria Amélia, que era mãe de uma filha lésbica. Em seu texto, Rosely registra o imenso preconceito disseminado pela senhora Maria em seus relatos, que eram aplaudidos pela plateia em alguns momentos; ora o preconceito ficava escancarado, ora menos. Rosely constatou com pesar que a homossexualidade feminina ainda era vista como perversão. Por diversas vezes, argumentos como feminilidade, heterossexualidade e religiosidade foram colocados como fatores para reprovar a sexualidade de mulheres lésbicas.

A repercussão do programa foi imediata, o jornal *Folha de São Paulo* publicou no dia 29 de maio com o título “*Censura ameaça Hebe Camargo*”. O programa fora censurado e recebeu uma carta do chefe de serviço de Censura Federal de São Paulo, Dráusio Dornellas Coelho, em que dizia que a apresentadora não soubera conduzir o programa e a acusou de fazer apologia ao homossexualismo feminino. Sendo assim, afirmou Coelho, antes, ao vivo, o programa voltaria a ser gravado (FERNANDES, 2014, p. 144). Rosely fez uma nota de repúdio à censura sofrida pelo programa e pela apresentadora. Apesar de tudo, Rosely fez um balanço positivo da aparição do grupo na TV. A repercussão fez com que mesmo meses após o programa, o grupo continuasse a receber cartas de todo o Brasil. Muitas meninas viam em Maria Amélia a personificação de suas mães. O que levou Rosely a terminar o texto com a seguinte frase: “Já não estará na hora de não mais deixarmos ninguém decidir por nós mesmas e procurarmos viver os nossos estilos de vida com independência, autonomia e coragem? ” (*Chanacomchana*, n. 8, 1985, p. 11).

A partir desses acontecimentos podemos constatar que o esforço do grupo GALF e das ativistas lésbicas que tanto batalharam para terem suas vozes ouvidas não foi em vão. Apesar disso, a historiografia tradicional não retrata as suas histórias, fazendo com que mesmo nos dias atuais, muitas lésbicas não se reconheçam na sua própria história.

CAPÍTULO III – Constituinte: uma expectativa

Com o debate em torno da criação de uma nova Constituição para o país, as ativistas se mobilizaram para interferir no processo. O grupo GALF realizou de 1985 até 1987 publicações no boletim *Chanacomchana* sobre esses temas e suas impressões. A pretensão deste capítulo é esclarecer as propostas e reivindicações do movimento lésbico e seu protagonismo na luta em prol da democracia. Como foi destacado no capítulo anterior, as militantes, por muitas vezes, se colocavam em manifestações políticas nas ruas e nos espaços que as oprimiam. A construção do protagonismo também foi realizada através do boletim que, por seu alcance, sensibilizou diversas camadas sociais e políticas. Tal movimento trouxe para o debate a importância de se fazer uma política pensada para os direitos homossexuais.

3.1 Constituinte e eleições

O grupo GALF através do *Chanacomchana*, do ano de 1985 até 1987, começou a debater sobre a Constituinte e as eleições que seguiram durante os anos 1980. Sendo assim, a efervescência política vibrava com a possibilidade de uma renovação nas representações políticas e, das eleições de 1986 e, também com expectativa a respeito da criação de alguma lei ou medida constitucional que aprovasse os direitos básicos dos homossexuais com a Assembleia Constituinte.

A primeira dessas edições do ano de 1985, foi a de número 9, publicada em agosto de 1985. Ao todo, Rosely redige um texto para cada edição do boletim até o número 12, a última edição do *Chanacomchana*. A intenção de Rosely se dava no intuito de discutir e analisar as leis vigentes, como elas afetavam os homossexuais na vivência da sua sexualidade. Nos próximos textos se torna claro a intenção de uma conscientização a respeito da Constituinte e a importância das eleições, com entrevistas e dicas de contribuição em emendas constituintes. Em seu último texto, na publicação de número 12, Rosely descreve o balanço geral das eleições e expectativas futuras para o movimento lésbico.

Na edição de número 9, publicada em 1985, Rosely Roth, fala em seu texto sobre a homossexualidade na Constituição e conta sua experiência com a democracia,

mais precisamente, com a sua frustração em perceber que os debates, por muitas vezes, não se popularizavam e se tornavam restritos a poucos. Devido às matérias de Educação Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política do Brasil) ela afirma, a única coisa que aparecia em sua mente quando pensava em Constituição seriam os assuntos que ela deveria decorar para próxima prova.

A partir disso, Rosely constrói uma narrativa sobre como sua maneira de pensar se redefiniu a partir do momento que abriu os olhos para causas importantes do dia a dia que afetam todos os brasileiros, como: “salário, transporte, educação, lazer, saúde, censura, liberdade, entre outros” (*Chanacomchana*, n. 9, 1985, p. 16). Ela traça então um histórico das antigas Constituições, lembrando que a única Assembleia Constituinte até então que contou a participação de uma mulher foi a de 1934, com a presença de Carlota Pereira de Queiroz.

A grande pauta levantada por Rosely em seu texto é a mobilização do movimento homossexual e lésbico na questão da homossexualidade. Ela incentiva as pessoas que acompanhavam o boletim a escreverem propostas e as enviarem para a Caixa Postal do grupo, reforçando que seria importante a inserção de um item na Constituição contra a discriminação à homossexualidade. Insiste na importância de votar em parlamentares atentos à causa homossexual nas eleições de 1986.

O GGB (Grupo Gay da Bahia) que desde 1981 vinha liderando uma campanha para a retirada do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, conseguiu em 1985 com que a moção, liderada por Ruth Escobar, na Assembleia Legislativa de São Paulo, fosse aprovada. Além da deputada vários outros parlamentares, personalidades e entidades de psiquiatria e de apoio à ciência ampararam a causa. E devido a essa pressão o CFM (Conselho Federal de Medicina), concedeu a homossexualidade o código 206.9, que servia apenas como controle estatístico do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) (TREVISAN, 2018, p. 342). O Brasil, nesse quesito, ficou à frente da OMS, que só veio a retirar a homossexualidade da lista internacional de doenças, em 1990.

No boletim *Chanacomchana* de junho de 1986, Rosely retoma o tema da homossexualidade, mas dessa vez, a homossexualidade nas leis. Ao publicar esses textos no boletim, a intenção de Rosely era de informar e traçar uma linha de análise da Constituição na história e até que ponto os homossexuais foram representados por elas.

Ela se propõe a fazer um apanhado geral das leis, regidas pelo código penal de 1940, que poderiam ser usadas como pressuposto para punição pela jurisdição. É importante salientar que o Código Penal de 1940 vigora ainda hoje no Brasil. Dentro dos artigos que poderiam ser usados para a punição de homossexuais ou para prejudicá-los, Rosely destaca:

Art. 213. - Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça;

Art. 214. - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal;

Art. 216. - Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

Art. 233. - Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público

O problema destacado por Rosely nestes artigos seria de que, para o direito, o reconhecimento da conjunção carnal seria apenas entendido como a relação binária e heterossexual do pênis na vagina. Sendo assim, lésbicas e homossexuais, segundo a lei, não poderiam sofrer estupro, esses atos seriam considerados atentado ao pudor. Já no caso do sexo entre lésbicas e gays, eram considerados atos libidinosos. E o art. 233, que se refere a atos obscenos em público, era preocupante, pois segundo ela, depende da opinião de quem observa, sendo assim, você nunca sabe quando será levado para a delegacia:

Um exemplo disto aconteceu no mês de maio, quando um ex deputado estadual do PT foi levado à delegacia onde foi feito um boletim de ocorrência incriminando-o por este “crime”, isto porque ele foi visto por um policial beijando um homem dentro de um carro. (*Chanacomchana*, n. 10, 1986, p. 12)

Mais uma vez, o GALF destaca a importância do voto para a escolha dos representantes na Assembleia Constituinte. Os boletins apontam duas possíveis aliadas na causa das lésbicas, Rosalisa, candidata a deputada estadual e Irede Cardoso, candidata a deputada federal, ambas do PT. Irede já era conhecida por se alinhar ao grupo GALF, como explicado no capítulo anterior, na sua participação na manifestação do Ferro's bar. O Grupo Gay da Bahia, Triângulo Rosa – RJ e o próprio GALF, defendiam a inserção de uma expressão contra a discriminação dos homossexuais. A sugestão apresentada foi: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça,

trabalho, credo religioso, convicções políticas e de preferência sexual. Qualquer infração ao contido neste parágrafo será punido pela lei” (*Chanacomchana*, n.10, 1986, p. 13).

A intenção da aprovação dessa expressão na Constituição ia além do proposto no texto. A ideia principal é colocar o homossexual com um indivíduo que tem o direito de ser respeitado. A homossexualidade, por muito tempo privada às quatro paredes, negou às lésbicas e gays o exercício de sua liberdade. O que se sentia com essa ponta de esperança na aprovação dessas palavras, era iniciar um debate na sociedade sobre a homossexualidade e fazer nascer no Brasil democrático um espaço em que as diferenças fossem respeitadas.

Ainda na edição de número 10, o grupo GALF comemora uma grande vitória aprovada por um projeto da vereadora Irede Cardoso (PT-SP). O projeto de autoria da vereadora continha: “determina a cassação dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais que venham a praticar discriminações contrariando o princípio de Isonomia, ou seja, contra os direitos que todos os cidadãos de serem tratados de forma igual perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza”. Ao aprovar esse projeto, os homossexuais contavam com um instrumento de denúncia e poderiam fazê-lo ao levar uma testemunha e fazer o Boletim de Ocorrência.²⁹

A próxima edição do boletim, a de número 11, teve grande importância na história da participação lésbica na política. Foram entrevistadas as candidatas Cassandra Rios, Dulce Cardoso e Irede Cardoso, ao todo, durante as quatro horas de entrevistas realizadas por Rosely, Maria Luiza e Célia no Ferro’s bar, podemos perceber o engajamento de mulheres feministas e lésbicas nas causas em relação a homossexualidade, racismo, feminismo, ecologia e os direitos indígenas.

Durante a entrevista, duas pautas que geralmente não apareciam nos grupos dos movimentos homossexuais foram levantadas: o casamento homossexual e a adoção de criança por casal homossexual. Essas pautas foram levantadas por Cassandra Rios que estava concorrendo ao legislativo estadual pelo PDT. Outra proposta interessante levantada por ela foi a aposentadoria das mulheres após 25 anos de profissão, por entender que as mulheres têm uma jornada dupla e extenuante.

²⁹ Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 10, 1987, p. 16

No que diz respeito à questão da homossexualidade, as candidatas se comprometeram que, se eleitas, iriam fazer com que os seus gabinetes estivessem sempre abertos para a negociações com os movimentos sociais. A respeito da Constituinte, as entrevistadas queriam fazer valer o desejo dos movimentos sociais de trabalhar para que os mesmos conseguissem ser representados e ter suas propostas atendidas na elaboração da Constituição.

Ainda na edição de número 11, o grupo GALF divulga um projeto de ajuda a prisioneiros homossexuais. Esse projeto era organizado pela ILGA³⁰ que estava organizando uma lista de prisioneiros homossexuais. O objetivo do projeto era encaminhar a lista para a Anistia Internacional que estava organizando um projeto de pesquisa para denunciar e lutar pelos direitos humanos dessas pessoas, com o foco em países que viam como crime a prática da homossexualidade, ou que foram presos com essa prerrogativa.³¹

Podemos perceber com essas publicações o engajamento do grupo nas discussões sobre eleições e a Constituinte, e mais ainda sobre as questões locais e internacionais. As leituras e entrevistas realizadas pelas ativistas do GALF revelam seu empenho e comprometimento com a causa homossexual que visa informar e alertar sobre a importância da inclusão de políticas que visam a melhoria do exercício da cidadania do gay e da lésbica no dia a dia. Mas apesar do cenário otimista, a luta ainda não estava ganha, elas precisavam se mobilizar e promover as vereadoras e deputadas para que pudessem lutar pelos seus direitos.

3.2 Constituinte e eleição: “fica para a próxima!”

Em maio de 1987 foi publicado o último boletim do *Chanacomchana n° 12* e, nesta edição, foi feito um balanço geral das eleições de 1986. O último texto dessa série das eleições foi de autoria, novamente, de Rosely Roth. Apesar das expectativas, nenhuma das entrevistadas conseguiram se eleger. Rosely revela sua tristeza e decepção ao falar da derrota de Irede Cardoso (PT) nas urnas. Segundo Rosely, as duas

³⁰ *International Lesbian and Gay Association*

³¹ Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 11, 1986-7, p. 24

trabalharam arduamente em campanhas, debates e na elaboração de textos para divulgação e tinha esperança na sua vitória. Apesar disso, dedicou para Irede uma mensagem de esperança e força para que ela não desistisse da vida política.³²

Apesar da derrota da candidata que apoiavam nas urnas, Rosely cita o importante fato histórico: Herbert Daniel³³, gay assumido, se candidatou a deputado estadual do Rio de Janeiro. Candidato pela coligação do PT e PV, Herbert participou também da luta armada contra a ditadura militar, e se exilou nos anos 1970. Apoiado pelo grupo Triângulo Rosa (RJ), Herbert obteve em torno de 5.585 votos.

Rosely atribuiu também a derrota, o fator de tempo de televisão e recursos, que faziam com que os candidatos muitas vezes não se destacassem. Além disso, ela fala também que os grupos homossexuais precisam se fortalecer, para que, talvez, em médio prazo conseguissem eleger um candidato que seja a favor de suas pautas. Ela atribui a coincidência das eleições estaduais e constituintes como um fator negativo, pois contribuiu para o aumento de votos brancos e nulos. Em São Paulo, a única mulher declaradamente feminista eleita foi Ruth Escobar (PMDB), deputada estadual. Dos 84 deputados estaduais eleitos, apenas 4 são mulheres, dentre elas, Ruth Escobar (PMDB), Luiza Erundina (PT), Telma de Souza (PT) e Clara Ant (PT). As militantes do GALF ainda tinham dúvidas se poderiam contar ou não com o apoio de Ruth Escobar, que fazia parte do CDMB.

Apesar de lutar pelas pautas da Constituinte, a derrota nas urnas e a constatação de um parlamento majoritariamente conservador (77% PMDB-PFL), deixavam as previsões quase impossíveis de serem aprovadas a favor da criminalização de toda e qualquer discriminação devido à orientação sexual. Rosely termina seu texto reafirmando: “...eu digo para as mulheres lésbicas: sem uma organização coletiva, as nossas propostas dificilmente terão um alcance social sequer razoável. ” (Boletim *Chanacomchana*, n. 12, 1987, p. 22).

³² Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 12, 1987, p. 16-17

³³ Sobre a história e memória de Herbert, ler os livros: Daniel, Herbert. *Meu corpo daria um romance: narrativa desarmada*. Editora Rocco, 1984; Mícolis, Leila, and Herbert Daniel. *Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Achiamé, 1983; Daniel, Herbert. "Anotações à margem do viver com Aids." *Saúdeloucura*, 3. 1991. 3-20.

O GGB e o Triângulo Rosa (RJ), como citados no tópico anterior, foram grandes grupos que eram contra a discriminação em razão da “orientação sexual”. Sendo assim, foram um dos grupos que contribuíram para as emendas na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Pude obter acesso às emendas devido a pesquisa solicitada por e-mail ao arquivo da Câmara dos Deputados. Além desses dois grupos, temos também a TURMA OK, do Rio de Janeiro.

A TURMA OK (RJ), em nome do presidente do grupo, Anur Farah, apresentou a sugestão de nº 10.402, em uma carta endereçada no dia 15 de abril de 1987, pedindo a proibição de discriminação por orientação sexual, segundo o grupo, essa aprovação serviria para acabar com a justificativa de diversos preconceitos contra homossexuais que ocorrem em vários âmbitos das suas vidas.

O GGB (BA), em nome de Prof. Dr. Luiz Mott, apresentou a sugestão de nº 11338-7, em uma carta endereçada no dia 18 de março de 1987, relata o esforço do grupo em realizar a campanha em favor do bem-estar homossexual. Como expresso anteriormente, um dos objetivos dessa campanha foi retirar a homossexualidade da lista de “desvios e transtornos sexuais”, e que esse objetivo foi alcançado através de apoio de vários parlamentares, associações, intelectuais e das organizações homossexuais em geral. Outro objetivo dessa campanha nacional seria a proibição da discriminação por orientação sexual. Dentro da sugestão, Mott, colocou ainda exemplos de outros países que proibiam a discriminação de homossexuais, como Canadá, Noruega e Holanda. E afirma que dentro do grupo dos Constituintes, 30 já haviam assinado de acordo com a proposição.

Um momento importante para o ativismo homossexual na Assembleia Constituinte, foi a fala de João Antônio Mascarenhas, do grupo Triângulo Rosa (RJ). Em sua fala na Subcomissão, a única de um representante do movimento homossexual, Mascarenhas traça uma linha histórica de feitos batalhados e conquistados pelos movimentos homossexuais do Brasil e até mesmo em nível global. Logo após, retoma em seu discurso que a inclusão da proibição da discriminação contra homossexuais seria fundamental para que o homossexual pudesse ser respeitado e tivesse direito ao básico no seu dia a dia. Citou também o descaso da imprensa brasileira ao retratar homossexuais como um adjetivo pejorativo, sempre usando suas matérias de forma sensacionalista a causar na sociedade ojeriza aos homossexuais. Apesar dos esforços

para a inclusão do termo e do apoio de outros deputados Constituintes, como Benedita da Silva (PT-RJ) e José Carlos Saboia (PMDB – MA), o termo “orientação sexual” na sua versão final, foi retirado.

Segundo Trevisan, a luta dos direitos homossexuais foi cooptada pelos partidos políticos, ele tece uma crítica específica ao PT. Segundo ele, no VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais não foi incluído o adendo sobre “orientação sexual”, que era reivindicado por ativistas independentes. E isso fez com que apenas lideranças isoladas comparecessem a Brasília (TREVISAN, 2018, p. 341).

Ainda sobre a luta da Constituinte, não podemos deixar de lado a constatação de uma grande derrota nas eleições, que trouxe desânimo e uma sensação de esgotamento, por perceber um congresso conservador. Além disso, o combate à Aids, têm seu auge nos anos 1980, sendo assim, a imagem do homossexual, apesar de retirada da lista de doenças do CFM, era sempre relacionada a enfermidade. Os estigmas sociais estavam impregnados e muitos Constituintes se valeram desse pressuposto para argumentar contra a inclusão que proíbe a discriminação à homossexuais.

Foi a partir da epidemia de aids no Brasil, nos anos 1980, que o Estado se posicionou e fundou em 1983 um Programa de DST-aids, em São Paulo, com lideranças homossexuais, e que assim, estabeleceu um novo relacionamento entre órgãos governamentais e movimentos homossexuais. E teve na figura de Brenda Lee, alguém que acolheu e sustentou milhares de travestis doentes de aids, atuando em conjunto com o Hospital Emílio Ribas. Essa atuação bem-sucedida de combate à aids deu ao Brasil um status de modelo a ser seguido pela OMS. (TREVISAN, 2018, p. 343).

A edição do boletim *Chanacomchana* acaba em seu número 12, no ano de 1987. A partir deste mesmo ano, o grupo GALF se reconfigura e passa a publicar um boletim intitulado *Um Outro Olhar (UOO)*. Essa reconfiguração nos remete, também, a essa nova organização dos movimentos homossexuais em ONG's para atuar diretamente no governo, conseguindo assim formar lobbies e investir no poder de persuasão de pautas pertinentes aos direitos homossexuais (TREVISAN, 2018, p. 344). O UOO passou a ser publicada como revista (1989-2003) e, desde 2004, funciona como um *site*. O *site* é atualizado por Miriam Martinho e tem como objetivo informar sobre o universo LGBT, com destaque para a temática lésbica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como mulheres lésbicas se organizaram, durante o regime civil-militar, para lutar em prol da democracia através da publicação do boletim *Chanacomchana* analisando a discussão da Constituinte de 1986-87 publicada no boletim e suas movimentações e protestos na cidade de São Paulo.

Durante o desenvolvimento do tema foi necessário entender como se organizavam os movimentos de esquerda, de mídias alternativas, movimento homossexual e os feminismos. Ao escolher as autoras para a discussão de gênero, feminismo e sexualidade, o intuito do trabalho se voltou para uma análise lésbica feminista, que prioriza nessa linguagem, o exposto por Rich (2010), ao renegar a heterossexualidade compulsória, que retira a mulher dos moldes que a engessam perante a sociedade e à dominação masculina. E procurou ir no caminho contrário do que aponta Swain (2000), ao retratar o apagamento lésbico na história pelas histórias oficiais e, consideradas, tradicionais.

Através dos autores MacRae (1990) e Lessa (2008) entendemos a formação do movimento homossexual no meio de uma ditadura civil-militar, repressora e moralizante. E compreendemos a necessidade da separação entre os grupos de homossexuais masculinos (SOMOS – SP) e, de grupos lésbicos (GALF). As demandas e propostas dos grupos eram opostas, assim como a sua dinâmica, tornando a separação, inevitável.

A independência do grupo GALF deu as mulheres lésbicas estruturas e lugares de protagonismo. Podemos destacar a manifestação do Ferro's Bar e a entrevista dada por Rosely Roth, na TV Bandeirantes, no Programa da Hebe. Esses momentos contribuíram para contrariar o apagamento lésbico que acontece na historiografia tradicional. Ao citar fontes como o *Chanacomchana* e *Folha de São Paulo* no mesmo capítulo percebemos que a atuação dessas mulheres não passou despercebida.

Apesar da derrota na Constituinte, podemos perceber que as lésbicas nesse contexto têm o papel fundamental de retratar tudo aquilo que vivem, não apenas como expectadoras, mas protagonistas. Suas conexões políticas previamente demonstradas entre a deputada Irede Cardoso (PT), Ruth Escobar (PMDB) e Eduardo Suplicy (PT)

comprovam que as atuações delas iam além da escrita do boletim. Elas se faziam visíveis na militância e no cotidiano, ocupando espaços e reivindicando seus direitos aos parlamentares por elas escolhidos.

Este trabalho me demonstrou a importância de conhecer a minha história, como mulher lésbica, sinto que meu dever de escrever e transmitir o que aprendi foi cumprido, mas não acaba por aqui. As mulheres não são um sujeito único, elas são plural, em meu texto trouxe a questão da sexualidade ampliando sua história e a compreensão desse sujeito, mas várias outras abordagens e histórias ainda podem ser exploradas e narradas. Não tenho pretensão de encerrar este assunto, o boletim *Chanacomchana* é uma fonte rica em textos, imagens e análises diversas e deve ser mais trabalhado. Escrevo para me conhecer, escrevo para que outras conheçam, e escrevo para que nossa história continue sendo contada, a partir de agora, por cada uma de nós, até os próximos capítulos.

REFERÊNCIAS

Fontes

- Jornal *ChanaComChana*, São Paulo, LF, n. 1, 1981.
- Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 4, 1983.
- Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 8, 1985.
- Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 9, 1986.
- Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 10, 1986.
- Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 11, 1987.
- Boletim *Chanacomchana*, São Paulo, GALF, n. 12, 1987.

USP, Canal. LGBTs no Regime Militar – A primeira passeata. 2018. (5m46s). Disponível em: < https://youtu.be/vS8qi_oDkGE>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

Livros e Artigos

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BORTOLOZZI, Remom Matheus; AREDA, Felipe . Nosso Caos, Nosso Cosmos: Notas sobre a Memória e a Cultura LGBT Brasileira. 2015. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 39, n. 2, p. 157-173, jul/dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>>.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Texto 7 – Ditadura e homossexualidades*. In: Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.2).

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974. Estudos Feministas*, vol. 12, 2004, pp. 37–55. *JSTOR*, JSTOR, www.jstor.org/stable/43596664.

D'EMILIO, John. *The Gay Liberation Movement*. In. GOODWIN, J. & JASPER, J. (Eds.) *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. (2nd Edition ed.). Wiley- Blackwell.

FERNANDES, Marisa. “*Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade*” In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades – Repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo:EdUFSCar, 2014.

HALPERIN, D. M. *How to be Gay*. Cambridge, Massachusetts: Bellnap Press, 2012.

LESSA, Patrícia. *Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: Uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chana com chana*. Gênero. , v.8, p.301 - 334, 2008.

MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

PIOVEZAN, Adriane. Amor Romântico X Deleite dos sentidos. *Cassandra Rios e a Identidade Homoerótica Feminina na literatura (1948-1972)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICH, Adrienne, *On lies, secrets and silence*, Nova Iorque, Norton and Co., 1979.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v.4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17-44.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 229 – 239.

SCOTT, Joan W. *História das mulheres*. In. BURKE, Peter.(Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992.

SOIHET, R.; COSTA, Suely Gomes ; SOARES, R. M. A. . *A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia*. Niterói: EDUFF, 2001.

SWAIN, Tânia Navarro. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Editora Brasiliense. 2000.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WOITOWICZ, Karina Janz. *A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo*. Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), v. 11, p. 104-117, 2014.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Gabriela Coutinho Sales, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado "Lésbicas no debate da redemocratização: uma análise do boletim *Chanacomchana*" foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília – DF, 15 / 02 / 2019

Gabriela Coutinho Sales